

**Danielle Monteiro Prezia Aniceto**

**EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER  
CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

**Direito – PUC/SP**

**São Paulo**

**2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Danielle Monteiro Prezia Aniceto**

**EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER  
CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Doutor Sérgio Seiji Shimura.

**Direito – PUC/SP**

**São Paulo**

**2007**

**Danielle Monteiro Prezia Aniceto**

**EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER  
CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Doutor Sérgio Seiji Shimura.

---

---

---

Ao meu filho Gustavo, minha  
razão de viver.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Maria de Lelis Monteiro Prezia e José Santiago da Silva Prezia Filho, aos quais devo tudo o que consegui em minha vida, por todo amor e atenção que sempre dedicaram a mim.

Agradeço ao meu amado esposo, Flavio Aniceto, companheiro de todas as horas, pelo apoio e compreensão.

Agradeço à Maria Teresa Savordelli Aniceto, minha sogra, à Teresa Cristina Nunes Teotônio, meu braço direito, e à minha mãe, pela grande e fundamental ajuda com os cuidados de meu filho durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Sérgio Shimura, com o qual muito aprendi, por toda atenção a mim dedicada.

Agradeço aos meus professores da pós-graduação em direito processual civil da PUC/SP, Cassio Scarpinella Bueno, João Batista Lopes e Teresa Arruda Alvim Wambier, pelos seus ensinamentos.

Agradeço ao meu professor da especialização da COGEAE, Leonardo Lins Morato, por ter me incentivado a fazer o mestrado.

Finalmente, agradeço a todos os meus colegas do mestrado, que muito contribuíram para o meu aprendizado e aos meus colegas da Procuradoria do INSS em São Bernardo do Campo, pelo grande incentivo.

## RESUMO

A presente dissertação trata da tutela jurisdicional executiva das obrigações de fazer e não fazer outorgada em face de pessoas jurídicas de direito público, as quais são designadas, dentro do processo, de “Fazenda Pública”. As alterações legais, promovidas no Código de Processo Civil e na legislação correlata, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecidas como reformas processuais, resultaram em verdadeira transformação desta forma de tutela jurisdicional e refletem a mudança de valores e princípios que passaram a norteá-la, com destaque para o princípio da efetividade, que se sobrepôs ao princípio da segurança jurídica, antes valorizado em demasia. Essa orientação pelo princípio da efetividade afeta os demais princípios fundamentais da execução e dá origem a novos princípios, que atualmente convivem, no sistema processual civil, com seus princípios tradicionais. A tutela das obrigações de fazer e não fazer foi especialmente atingida por essa nova visão, ocorrendo a superação do princípio clássico que dava suporte à tutela resarcitória ( , que cedeu lugar à tutela específica. Para concretizá-la, o nosso ordenamento prevê diversos meios, coercitivos e sub-rogatórios, que, dado o regime jurídico ao qual se submetem as pessoas jurídicas de direito público, em especial quanto a seus bens, questiona-se sobre a possibilidade do seu emprego contra elas. Discute-se, assim, a partir da análise da doutrina e da jurisprudência atual, o cabimento de medidas executivas contra a Fazenda Pública, como a multa diária, a prisão civil, a prisão penal, a intervenção judicial e o bloqueio de verbas públicas.

## ABSTRACT

The present dissertation deal with the execution of legal duties to do or not do something against State, which is denoted, into the procedure, of "Public Treasury". The legal alterations promoted in the Civil Procedural Code and in the corresponding law, after the promulgation of the Brazilian Federal Constitucional, known by procedural reforms, resulted in a real transformation of the execution action and reflect the change of values and principles, deserving attention the principle of effectiveness, that overcame the principle of juridical security, which was excessively valuated. This orientation by the principle of effectiveness hits the others execution primary principles and creates new principles, that live on, nowadays, in the civil procedural system, with the traditional principles. The execution of legal duties to do or not to do something was especially hited by this new vision, overcoming the classic principle that supported the compensable protection (

, replaced by the specific protection. To concrete it, the brazilian juridical order have available various measures, to enforce the debtor to accomplish the obligation. The study discuss the possibility to impose sanctions against State, despite the juridical rule that the Public Administration are devoted to. This work discuss, then, by the study of the actual doctrine and jurisprudence, the acceptance of the imposition of enforceable measures against the Public Administration, such as fine, jail time, judicial intervention and the blockade of public grant.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Ag** – Agravo  
**AgREsp** – Agravo de instrumento de decisão denegatória de Recurso Especial  
**AgRg** – Agravo Regimental  
**AI** – Agravo de Instrumento  
**Ap.** – Apelação  
**art.** – Artigo  
**Câm.** – Câmara  
**c/c** – combinado com  
**CC** – Código Civil  
**CDC** – Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)  
**Cf** – Conforme  
**CF** – Constituição Federal  
**coord.** – coordenador  
**CPC** – Código de Processo Civil  
**Des.** – Desembargador  
**DJU** – Diário Oficial da Justiça da União  
**DOE** – Diário Oficial do Estado  
**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)  
**HC** –  
**Ibid.** – Ibidem  
**Id.** – Idem  
**IF** – Intervenção Federal  
**LACP** – Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985)  
**LEXTAC** – Lex-Jurisprudência dos Tribunais de Alçada Civil  
**Min.** – Ministro

- MS** – Mandado de Segurança
- nº** – número
- p.** – página
- RE** – Recurso Extraordinário
- rel.** – relator
- RePro** – Revista de Processo (periódico). Editora Revista dos Tribunais, São Paulo
- Resp** – Recurso Especial
- RT** – Revista dos Tribunais
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- STJ** – Superior Tribunal de Justiça
- TACivPR** – Tribunal de Alçada Civil do Paraná
- TACivSP** – Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo
- TJBA** – Tribunal de Justiça da Bahia
- trad.** – tradutor
- TRF** – Tribunal Regional Federal
- TSE** – Tribunal Superior Eleitoral
- v.** – volume

# SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	11
<b>2.</b>	<b>EXECUÇÃO .....</b>	16
2.1.	Conceito .....	16
2.2.	Princípios .....	20
2.2.1.	Princípios da segurança e da efetividade .....	23
2.2.2.	Princípios da n e da execução sem título permitida .....	29
2.2.3.	Princípios da autonomia e do sincretismo .....	32
2.2.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade .....	35
2.3.	Requisitos .....	37
2.3.1.	Inadimplemento .....	39
2.3.2.	Título executivo .....	40
2.4.	Classificação .....	42
2.4.1.	Por sub-rogação e por coerção .....	43
2.4.2.	Definitiva e provisória .....	44
2.5.	Espécies .....	46
<b>3.</b>	<b>TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	48
3.1.	Objeto e sua distinção da obrigação de dar .....	48
3.2.	Natureza jurídica: classificações trinária x quinária .....	51
3.3.	Evolução histórica: a superação do princípio .....	64
3.4	Execução, efetivação ou cumprimento? .....	71
<b>4.</b>	<b>A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO COMO EXECUTADA ....</b>	74
4.1.	Conceito de Fazenda Pública para o direito processual .....	74

4.2.	<b>Prerrogativas processuais .....</b>	77
4.3	<b>Problemas relacionados à execução contra a Fazenda: a discussão sobre o seu cabimento e a falta de efetividade .....</b>	79
5.	<b>EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....</b>	95
5.1.	<b>Possibilidade da tutela específica .....</b>	95
5.2.	<b>Medidas executivas .....</b>	102
5.2.1.	Multa diária .....	104
5.2.1.1.	.....	112
5.2.1.2.	.....	114
5.2.2.	Intervenção judicial .....	117
5.2.3.	Bloqueio de verbas públicas .....	119
5.2.4.	Prisão civil .....	121
5.2.5.	Prisão penal .....	123
5.3.	<b>Procedimento .....</b>	127
5.3.1.	Comum .....	128
5.3.1.1.	.....	128
5.3.1.2.	....	132
5.3.2.	Dos Juizados Especiais Federais .....	133
5.3.3.	Das ações coletivas .....	134
6.	<b>CONCLUSÃO .....</b>	136
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	142

# **1. INTRODUÇÃO**

---









## **2. EXECUÇÃO**

### **2.1. Conceito**

---

---



---

## **2.2. Princípios**

---





---

---

---

---

---







---



---

---



---

### **2.3. Requisitos**

---





---

---

#### **2.4. Classificação**

---

---

---

---

## **2.5. Espécies**



### **3. TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER**

#### **3.1. Objeto e sua distinção da obrigação de dar**

---

<sup>a</sup> Região,

---

### **3.2. Natureza jurídica: classificações trinária x quinária**

---

---





---













---

**3.3. Evolução histórica: a superação do princípio *nemo praecise potest cogi ad factum***

---

---

---

---

---





### **3.4 Execução, efetivação ou cumprimento?**

---

---

---

## **4. A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO COMO EXECUTADA**

### **4.1. Conceito de Fazenda Pública para o direito processual civil**

---

---

---

#### **4.2. Prerrogativas processuais**

---



**4.3 Problemas relacionados à execução contra a Fazenda: a discussão sobre o seu cabimento e a falta de efetividade**

---

---

---

---

---

---





---

---

---







---

---

## **5. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

### **5.1. Possibilidade da tutela específica**

---





---

---

















---

---

---





---



---



---



---

---

---

---

---



*direito à  
execução das sentenças*

---

### **5.3. Procedimento**

---



---

---

---

---

---





## **6. CONCLUSÃO**











## **REFERÊNCIAS**



























# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)

[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)

[Baixar livros de Literatura Infantil](#)

[Baixar livros de Matemática](#)

[Baixar livros de Medicina](#)

[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)

[Baixar livros de Meio Ambiente](#)

[Baixar livros de Meteorologia](#)

[Baixar Monografias e TCC](#)

[Baixar livros Multidisciplinar](#)

[Baixar livros de Música](#)

[Baixar livros de Psicologia](#)

[Baixar livros de Química](#)

[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)

[Baixar livros de Serviço Social](#)

[Baixar livros de Sociologia](#)

[Baixar livros de Teologia](#)

[Baixar livros de Trabalho](#)

[Baixar livros de Turismo](#)